

O MOVIMENTO ANTILUSITANO EM SERGIPE (1822 – 1831): CONTEXTO E ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

Por Crécia Maria Andrade dos Anjos Moreira¹

Resumo

Este estudo buscou realizar um breve panorama dos movimentos lusitanos ocorridos em território sergipano, que tem como marco inicial o ano de 1822. Verificou-se que esses atos, que variavam de insultos verbais públicos, denúncias as autoridades locais, indo até a agressões físicas, estão alinhados com toda a instabilidade política vivida pela nação naquele momento, logo após o processo de Independência do Brasil. Apontaremos, neste trabalho, as principais ocorrências, verificando quais fatores moveram os nativos a irem de encontro aos portugueses, levando em consideração não só questões de alcance nacional, mas remetendo também ao próprio contexto regional. Para realizar este trabalho, utilizaremos como bibliografia básica autores clássicos da historiografia sergipana, como Felisbelo Freire (1977) e Maria Thetis Nunes (1996), assim como perspectivas contemporâneas, a exemplo da realizada na obra de Edna Maria Matos (2012). Para uma melhor compreensão do cenário Antilusitano no Brasil, teremos como base as reflexões da obra de Gladys Sabina Ribeiro (1999). Este trabalho terá como aporte teórico metodológico a História Política Renovada.

Palavras-chave: Antilusitanismo, Sergipe, Independência do Brasil.

Introdução

O ano de 1808 foi um marco no período colonial brasileiro. Foi neste momento que a Família Real Portuguesa, desembarcou em solo tropical, e a partir desta nova realidade, uma série de transformações podem ser observadas. Mas, foi apenas em 1820, com a Revolução do Porto, que eclodiu em Lisboa, onde exigia-se o retorno do monarca D. João VI as terras portuguesas e a criação de uma constituição para o império português, que podemos verificar os primeiros sinais para a posterior proclamação da Independência do Brasil, em setembro de 1822.

Esta nova fase trouxe consigo uma série de choques acerca da identidade que deveria ser considerada nesta região. Por um lado, a chegada da Realeza intensificou a produção de um sentimento de patriotismo português na Colônia. Entretanto, já podia ser detectado, entre os nativos das terras brasileiras, uma sensação de pertencimento, que aos poucos foi se tornando mais forte, especialmente com a presença cada vez maior de europeus.

Com o fortalecimento deste novo polo de domínio português, os primeiros choques entre portugueses e nascidos na Colônia podem ser verificados. O fluxo de portugueses que ansiavam “fazer fortuna” na Colônia cresceu gradativamente. Especialmente nas camadas menos favorecidas, foi notório a chegada de numerosos imigrantes pobres, que buscavam uma nova vida em terras que aparentemente tinham muito a oferecer.

Alinhado a este crescimento de mão-de-obra reinól, que gerou descontentamento dos que aqui já habitava, nota-se uma valorização da nacionalidade puramente portuguesa, em detrimento aos nascidos na colônia. Podemos considerar que estes seriam alguns fatores que vão construir um cenário para os primeiros embates entre brasileiros e lusitanos.

Mais a frente, com a Independência do Brasil, em 1822, estas querelas vieram a criar ainda mais força. Como a Historiografia vem apresentando nas últimas décadas, a emancipação do território brasileiro não foi uma simples ruptura. O processo desenrolou-se lentamente, repleto de contradições.

É notório, com o nascimento do Primeiro Reinado (1822-1831), o desejo de parte dos nativos em distanciar-se do seu antigo status de subalternos a Portugal. Entretanto, isso não aconteceu de imediato. A própria posição dicotômica de Dom Pedro I, imperador do Brasil, e ao mesmo tempo membro da coroa portuguesa, é um forte indício da complicada situação que o recém-criado Império vivia. Nota-se também uma continuidade nas políticas joaninas, na medida em que os cargos de importância do Governo ainda permaneciam, em sua maioria, nas mãos dos europeus.

Este antagonismo entre brasileiros e portugueses, intensificado a partir da Independência, é aguçado pela necessidade da construção de uma identidade nacional no Primeiro Reinado. Desta forma, como nos indicará Gladys Ribeiro (1999), podemos rastrear neste cenário diversos movimentos de cunho antilusitano em algumas províncias brasileiras.

A província de Sergipe está inserida nesta conjuntura. O processo de independência sergipana ocorreu lado a lado com a Independência do Brasil. Da mesma forma, o choque entre as identidades “locais” e “estrangeiras” também pode ser detectado. São registrados diversas ações contrárias a presença dos portugueses no território a partir de 1822,

envolvendo denúncias por traição ao Império, perseguições e até mesmo espancamentos (OLIVEIRA, 2005, p.94).

Tendo em vista este momento histórico, este artigo teve como objetivo realizar uma análise dos movimentos antilusitanos ocorridos no território sergipano a partir de 1822, indo até o final do reinado de D. Pedro I, em 1831.

Entende-se por antilusitanismo os atos de hostilidade direcionados aos nascidos em Portugal. A formulação deste termo está diretamente ligada aos atos de repúdio ocorridos contra lusitanos no Brasil (FEDATTO, 2015), pois foram nas terras situadas nos trópicos que podemos identificar as primeiras manifestações contundentes de intolerância ao “ser lusitano”. Como será destacado ao decorrer deste trabalho, a construção deste antagonismo tinha por objetivo construir, uma identidade genuinamente brasileira.

Apontaremos as principais ocorrências, verificando quais fatores moveram os nativos a irem de encontro aos portugueses, levando em consideração não só questões de alcance nacional, mas remetendo também ao próprio contexto regional. Também aprofundaremos algumas discussões acerca das instabilidades enfrentadas pelo Império brasileiro, assim como os embates existentes no território de Sergipe, relacionando-os com os conflitos que serão abordados.

Para realizar este trabalho, utilizaremos como bibliografia básica tantos autores clássicos da historiografia sergipana, como Felisbello Freire e Maria Thetis Nunes (1996), que realizam panoramas acerca do período colonial sergipano, como também utilizaremos perspectivas contemporâneas, a exemplo da realizada na obra de Edna Maria Matos. Para uma melhor compreensão do cenário Antilusitano no Brasil, teremos como base as reflexões da obra de Gladys Sabina Ribeiro.

Este trabalho terá como aporte teórico metodológico a História Política Renovada. Tendo como ponto de partida os anos 1980, esta abordagem caracteriza-se pela retomada dos temas políticos na Historiografia. Entretanto, este modelo historiográfico tinha por objetivo romper com o tradicional personalismo e elitismo comum dessa linha.

Devido a essas transformações no conhecimento histórico,

“o território da investigação sobre o político expandiu-se e foi explorado pelos historiadores que se apropriaram e reinterpretaram seus conceitos e temas. A aproximação dos historiadores com a Antropologia e, especialmente ao tema da Cultura, resultou em desdobramentos com destaque para a formação da História Cultural como campo de pesquisa” (ANTONIO, 2014, p. 108)

Esta perspectiva é de grande importância para a História do Brasil, ao passo que proporciona novas interpretações a eventos tradicionais na Historiografia Brasileira. Um exemplo disto, são os novos pontos de vista sobre a Independência do Brasil, que foram utilizados para a formulação deste trabalho.

Independência do Brasil e movimento antilusitano

Nos primeiros anos após a chegada da Corte Real, foi perceptível a realização de reformas político-administrativas no Brasil. Foi notório a necessidade de uma coesão, um nivelamento administrativo, nas províncias brasileiras, buscando fortalecer a centralização do poder monárquico no Rio de Janeiro, sede da corte. Num território tão extenso, era uma difícil tarefa manter a ordem e a aplicação da lei em todas as localidades. A aplicação destas novas políticas tem como um dos principais motivos as inquietações políticas e ideológicas europeias que vieram a ocorrer no final do século XVIII e início do século XIX.

Portugal foi levado a modificar as suas políticas administrativas, intencionando valorizar a produção nas Colônias, promovendo uma dinamização na economia, direcionada ao mercado externo. Assim sendo, a chegada de Dom João VI ao Rio de Janeiro, de certa maneira, desencadeou um processo de crescimento, diferente do que aponta a historiografia dos anos de 1960.

Edna Matos Antônio irá nos elucidar que, a historiografia até os anos 1960 apresenta que um dos motivos da Independência do Brasil se deu ao colapso do sistema colonial. Segundo a autora: “Um importante paradigma historiográfico fez com que nos acostumássemos a usar o conceito de crise a fim de explicar os motivos pelos quais a dominação colonial na América pelos impérios ibéricos entrou em colapso (...)” (2012, p. 26).

Entretanto, o que podemos perceber, a partir dos estudos mais atuais, influenciados pela Nova História Política, que o ocorrido em territórios como o Brasil, antes da proclamação da independência, foi um período de expansão econômica. Podemos verificar, por exemplo, que nos últimos anos do século XVIII e início do século XIX, é que houve um desenvolvimento dos setores agrícolas neste momento, por exemplo.

Por outro lado, é notório um crescimento concentrado na região sudeste, o que vai gerar insatisfação das demais regiões. Especialmente quando se trata de impostos arrecadados,

um dos motivos que incitará a insatisfações com a administração joanina, é a má distribuição dos recursos. A Colônia sentia o peso dos impostos, mas apenas a região Sudeste sentia efetivamente as melhorias. Por outro lado, a região norte sentia no bolso a cobrança dos impostos, mas não viam um retorno.

A cidade do Rio de Janeiro recebeu uma série benefícios com a chegada da Corte, seja no viés econômico, político, e até na instauração de um poder simbólico. Como nos afirma Matos: “Com a aplicação do referencial de poder do Rio de Janeiro perante todo o território colonial, o poderio político foi efetivamente centralizado ali. Isso não se conhecia desde 1808 (...)”. (2012, p. 49)

Este status gerou conflitos de interesses com cidades como Salvador. Está, que já sentia-se enfraquecida após a transferência da sede da Colônia para o Rio em 1763, sentiu-se ainda mais prejudicada, após notar os futuros lucros e benefícios que a ocupação da Corte Portuguesa no seu território poderiam proporcionar. A presença da realeza, sem dúvida, seria de grande importância. Entretanto, as manifestações vindas dos baianos não foram suficientes para transferir o poder monárquico para a sua localidade.

Esta concentração de poder nunca havia sido presenciada no território brasileiro até a chegada da Família Real. Antes deste advento, os poderes eram muito mais fragmentados, desempenhados sem um controle efetivo, pelos Governadores das províncias. Com o estabelecimento do Rio de Janeiro como centro do poder Real, após 1808, esta realidade aos poucos foi sendo alterada.

Como podemos verificar a partir das observações de Edna Antônio, a partir da instalação da Corte no Rio, esta cidade começou a desempenhar o papel de Metrôpole. Desta maneira, com o poder governamental muito mais próximo, as províncias agora estavam sujeitas a um “aprofundamento da exploração metropolitana em novos termos (...)” (ANTÔNIO,2012.p.51)

A Revolução Pernambucana (1817) foi emblemática ao representar a insatisfação das regiões mais afastadas do Rio de Janeiro com a administração joanina. Como nos afirma Boris Fausto (1995, p. 127 – 129), nesta sedição encontramos, em um mesmo passo, insatisfações ligadas tanto ao descaso da Coroa perante as províncias mais distantes do Rio de Janeiro, como tumultos direcionados aos portugueses, pois com a chegada da corte, os postos de melhor prestígio vinculados ao Exército, foram ocupados pela nobreza. Desta forma, este importante acontecimento demonstra como os movimentos antilusitanos estão relacionados com as posturas tomadas pelas políticas de D. João VI.

Além do mais, os revoltosos reivindicavam uma maior liberdade para a aplicação das leis, tendo em vista a própria ineficácia da Coroa na aplicação destas. É notório salientar que, a partir deste acontecimento, ficou nítido que o patriotismo português não estava tão enraizado na sociedade quanto se poderia imaginar. Isto se deu, em grande parte, a desigualdade nos direitos oferecidos aos membros da corte e aos residentes nos locais mais longínquos do império.

Altas cobranças de impostos e os poucos benefícios, especialmente ao se tratar de regiões que anteriormente possuíam bastante importância, como Pernambuco, eram outros pontos de insatisfação. Antes grandes polos da Colônia, as províncias localizadas no Nordeste, por exemplo, agora estavam a mercê de um poder que não lhes dava o suporte necessário, traziam vergonha e revolta aos moradores.

A partir da repressão que se sucedeu a Revolução, realizada com auxílio da Província da Bahia, e da região de Sergipe, o modelo administrativo começou a ser formulado, pondo-se a fragmentar algumas capitânias, na intenção de evitar insurreições. Estas medidas tiveram poucos efeitos, pois em 1820, do outro lado do oceano, eclode Revolução do Porto, que irá mais uma vez desestabilizar o poderio da Coroa Portuguesa. Para Edna Matos, este foi o princípio para uma definição do destino da ex-Colônia portuguesa.

Nestes embates, é perceptível que dois modelos de identidade começam a ser constituídos. Um que reforçava o “ser português”, e outro que já começa a sentir um certo pertencimento as terras coloniais. Após três séculos de colonização, fica claro que algumas famílias já se encontravam bem estabelecidas, e possuíam uma linhagem considerável. Isso, de certa forma, contribui para a construção de uma identidade ligada ao ambiente em que vive, além de um sentimento de pertencimento.

Além disso, o número de mestiços no território brasileiro crescia cada vez mais. Estes indivíduos encontravam-se marginalizados, e como veremos mais a frente, a intensificação da imigração europeia rumo ao Brasil intensificou ainda mais as disputas raciais, tendo em vista a predileção da cor branca para a ocupação de determinados cargos.

Com a presença da corte portuguesa no Brasil, adicionamos a este contexto uma preocupação maior para a construção de um patriotismo português. Em consequência a esta formulação de uma identidade comum, constata-se que esta predileção pelo português europeu propiciava uma inferiorização dos nascidos na colônia.

Não podemos esquecer que o Brasil era, neste momento, uma extensão do império joanino. A ambiguidade era uma constante. Ao mesmo tempo em que era nutrido um

sentimento de pertencimento ao local, o império também era posto em cena. Era necessário ser fiel não só ao local de nascimento, como era preciso alimentar todo um respeito ao rei lusitano a quem estavam subalternos.

A necessidade de um impulso no espírito patriótico, isto é, no fortalecimento de uma identidade portuguesa nos nascidos na Colônia, se deve, em parte, na falta de controle do Império. Como já foi dito, as províncias possuíam uma relativa autonomia, especialmente em províncias mais longínquas.

Com a chegada e estabelecimento de D. João VI no Rio de Janeiro, via-se a necessidade de “acabar” com essa quase independência de algumas localidades da Colônia. Assim, um dos instrumentos utilizados para levar o poder de volta as mãos da monarquia era através da reprodução de um poder simbólico, incorporando a sociedade novos rituais e festas.

Como nos informa João Paulo Peixoto de Costa, utilizando-se do caso específico da Província do Ceará:

“As festas em comemoração às figuras da corte, por exemplo, constituíam-se em um expressivo canal de mediação entre o monarca distante e seus súditos sertanejos, capaz de realizar a comunicação entre os interesses representados localmente e as esferas mais amplas do poder imperial. A corte e outras regiões do Brasil, como foi o caso do Ceará, viveram um ‘intenso tempo festivo durante o governo joanino’, onde dom João VI se converteu no ‘verdadeiro pai da América’ e no ‘fundador da monarquia na América’”. (2012, p. 130)

Mas, estas políticas de aproximação do povo ao monarca não evitaram a Revolução do Porto², em 1820. Esta sedição repercutiu de tal forma, que em determinado momento, Dom João VI precisou ceder as condições impostas, tendo que prestar juramento a Constituição que haviam elaborado. É importante, nesse sentido apontarmos na Revolução do Porto um caráter contraditório. Ao mesmo tempo em que os lusos definiam seu movimento como liberal, pondo em cheque o atual regime absolutista, por outro lado nota-se o desejo do retorno do monarca as terras Portuguesas, e o desejo de fazer o Brasil voltar a ser uma mera colônia subordinada.

Não resistindo as pressões vindas da Europa, D. João VI decide retornar a Portugal em 1821, deixando em seu lugar D. Pedro I, seu filho. Primeiramente, este inicia a reestruturação da corte brasileira, tomando algumas medidas consideradas polêmicas. Isso por que foi concedido um maior espaço a participantes brasileiros. Como irá nos salientar Gladys Ribeiro, aos poucos percebe-se que o desligamento do Brasil de Portugal passa a ser uma

questão de necessidade (2003, pg. 6). A historiadora afirma que as consequências de tal ato eram nebulosas, mas que era latente a necessidade de um rompimento.

Sentindo a autonomia vinda da ex-colônia, os portugueses tentaram ao máximo retirar a autonomia designada ao Brasil desde 1815. Além disso, desejavam o retorno de Pedro I. Mas, como bem sabemos, nenhuma dessas iniciativas obteve êxito, e em setembro de 1822, o Brasil proclamou-se independente.

Este momento de transição é marcado por uma maior definição da identidade brasileira, que antes ainda tentava ser assimilada ao “ser português”, mas que a nova realidade exigia um distanciamento. Gladys Ribeiro irá salientar que após a Proclamação da Independência, o que se assistiu foi uma busca por definições e características específicas do “ser brasileiro”.

Como afirmará a autora:

“A nação brasileira deveria ter vida própria e até mesmo uma história, de luta contra os monopólios e contra o sistema colonial, ou sejam de valências contra a opressão do absolutismo. Mostrando que os ‘brasileiros’ compartilhavam um passado, fazia-se necessário partir das experiências únicas para a criação de símbolos que lembrassem o pertencimento (cidadania) (...) (1999, p. 112)

E devemos salientar também que é a partir deste momento que ocorrerá uma mudança de postura na forma de se enxergar a presença lusitana na colônia. Com o advento da Independência, este será associado a figura de inimigo. Antes ainda tentava-se nutrir uma relação de respeito, levando em consideração a pátria portuguesa comum.

Era através deste antagonismo que buscava-se consolidar esta nova identidade nacional.

É necessário enfatizar que, até o início do século XIX, os nascidos no Brasil não estavam desprendidos da nacionalidade portuguesa. Mesmo estando na colônia, os residentes nos trópicos eram considerados pertencentes a pátria lusitana. Todos possuíam uma mesma nação “materna” e um mesmo rei a quem deferia ser concedido a obediência.

Entretanto, neste momento já eram levadas em consideração as diferenças regionais. Não se deve esquecer que já se passavam três séculos de colonização lusitana em território tropical. Por este motivo, gerações já haviam criado raízes em terras brasileiras, e consequentemente haviam nutrido um sentimento de pertencimento ao Brasil.

Ao tornar-se independente, foi observado a necessidade urgente de um rompimento com esse sentimento de pertencimento a pátria portuguesa. Este rompimento deveria ser efetuado a partir do estabelecendo de leis próprias, isto é, direitos e deveres do cidadão brasileiro, além de uma organização do Estado. Nesta última parte, devemos recordar do estabelecimento do Rio de Janeiro como polo central, seja nos últimos anos sob o poder português, e dando continuidade no período pós emancipação.

A historiadora Gladys Ribeiro nos informa que a princípio, a historiografia põe a construção do “ser brasileiro” vinculada ou as estruturas político-econômicas, ou ligadas as vontades dos personagens que fundaram o Brasil. Entretanto, Ribeiro defenderá que a construção dessa identidade nacional estará relacionada muito mais a um:

“contexto de luta pela autonomia e do combate pela liberdade dentro do Império Português onde, pelo menos até as vésperas do Sete de Setembro, e mesmo depois dele, tinha-se como Nação a portuguesa. Melhor dizendo, até o início de 1822 nascer brasileiro significava “ser português””; designando-se com isto o local de nascimento dentro da Nação portuguesa, preservados e respeitados os direitos de “patriota”. (...)”.(RIBEIRO, 2003. pg 4)

Ribeiro também salienta que o próprio significado do termo “brasileiro” sofre transformação a partir do processo de emancipação do Brasil. Brasileiro, num primeiro momento significava “bom português”. Com a emancipação, e o agravamento das relações entre nativos e portugueses, “brasileiro” passou a significar aqueles que eram simpáticos a causa da emancipação da colônia (2003, pg. 6).

Outro ponto que devemos observar, é a predileção do termo “brasileiro” em relação ao “brasiliense”. Também presente neste período, brasiliense denotava muito mais o aspecto da naturalidade, isto é, o indivíduo que nasceu em solo brasileiro. Em oposição a este, “brasileiro” remete a todos os que se estabelecem nestas terras, independente das suas condições. Sejam nativos, ou aqueles que chegaram depois, o que era de interesse dos mentores da emancipação, neste caso, era a simpatia pela “Causa da Independência”.

Fica claro que a construção deste novo significado possui bases numa nova política que tem como objetivo atribuir características próprias aos que nos trópicos residem. Seriam cidadãos que não possuíam apenas um conjunto de direitos e deveres, mas que compartilhavam uma “sede pela liberdade”. Desta forma, como afirma Ribeiro, a construção desta nova identidade segue paralela ao nascimento desta nova nação.

Essa sede pela liberdade, gerou, como pode-se constatar, em conflitos. A emancipação não foi uma simples ruptura, sendo necessário conflitos para o seu estabelecimento. E é neste momento que notamos, mais uma vez, a necessidade de separação entre brasileiros e portugueses. D. Pedro I, verificando a resistência de parcela dos reinóis em aceitar o novo status do território, é levado a implantar uma série de medidas que pressionariam os lusos a aceitarem as novas condições.

Desta forma, o português deixa de ser, efetivamente, um irmão de pátria, e torna-se um estranho, um inimigo em potencial da nova pátria em construção. Nas palavras de Gladys Ribeiro, “a mãe torna-se madrasta” (p.8)

Simplificando, no processo de emancipação, não eram considerados brasileiros apenas os nascidos no Brasil, mas era também um termo utilizado no período para distinguir os portugueses que apoiavam o desligamento do Brasil da Metrópole lusitana, daqueles que não a apoiavam. Está nomenclatura ganhará um novo formato, um cunho restritamente regional tempos depois, com a abdicação de D. Pedro Primeiro.

Como ressalta Ribeiro, ainda tratando das identidades pós independência:

“Forjava-se um distanciamento da Nação portuguesa, ao mesmo tempo que se tentava submetê-la e subjuga-la, aniquilando-se sua imagem e impondo a todos um modelo de cidadania brasileira, pautada no amor a causa da liberdade, transformada em causa da independência, e esta em causa do Brasil.” (RIBEIRO, 1999. P. 112)

Esta autonomia, por sua vez, não foi decretada de maneira harmoniosa. Como já foi afirmado anteriormente, o estabelecimento do novo Império foi permeado de conflitos. Tropas portuguesas, resistentes a Independência foram estabelecidas em alguns pontos da ex-colônia. Um dos exemplos, que mais a frente abordaremos com maior profundidade, foi o desempenho do comandante Labatut na Província da Bahia. Segundo Boris Fausto, foi este comandante que foi nomeado por Dom Pedro para organizar os contingentes de terra leais a ele (1995, p. 143).

Mais a frente, iremos verificar o importante auxílio que ofereceu a comarca de Sergipe. Além do mais, o apoio oferecido pela região sergipana foi definitivo para que, após o estabelecimento do Império brasileiro, Dom Pedro I tenha restituído a emancipação de Sergipe dos domínios baianos.

Como podemos perceber, esse momento foi muito conveniente para o estabelecimento de manifestações antilusitanas. Os portugueses eram postos como antagonistas dos agora chamados “brasileiros” e neste ambiente de conflitos, os lusos eram tachados claramente como inimigos da pátria. Outro ponto que é acentuado pela historiadora Gladys Ribeiro é a questão racial.

Os embates foram intensificados a partir do momento em que “pessoas de cor” começaram a participar ativamente da sociedade. Eram trabalhadores livres, mas tinham suas iniciativas barradas por aqueles que tinham a cor branca. Gladys Ribeiro esclarece brevemente esta tensão:

“ [Os negros e mestiços] Lutavam contra a escravidão e contra os brancos, na sua maioria portugueses de nascimento ou luso-descendentes, que diminuía-lhes ou cerceava-lhes as possibilidades no mercado de trabalho. Os lusitanos natos constituíam importante força de trabalho e concorriam com os libertos e com os escravos (...) sem dúvida, esses imigrantes contribuíam para a construção de ‘barreiras de cor’ que circunscreveram os espaços de liberdade e de participação da população negra” (1999, p. 370)

Esta situação ficará mais clara assim que iniciarmos as discussões acerca do contexto sergipano. Desta forma, a simples dicotomia entre brasileiros e portugueses não seria a única explicação para os choques, mas este conjunto de elementos contribuíram para a solidificação de uma identidade Nacional.

Além do mais, o próprio novo Imperador encontrava-se numa posição um tanto delicada. Por um lado, legitimava o rompimento com a metrópole portuguesa. Mas, este era pertencente a família Real de Portugal, e inevitavelmente deveria manter relações com os seus compatriotas. Esta relação dúbia, ao longo do seu reinado foi gerando uma série de desconfortos, especialmente por parte daqueles que queriam um pleno rompimento de dependência com o Reino Luso.

Imigração Lusitana no Brasil a partir de 1808

Especialmente após a chegada da corte portuguesa no Brasil, pode-se notar uma considerável elevação no fluxo de lusitanos que atravessavam o Atlântico e desembarcavam nas terras tropicais. Gladys Ribeiro irá nos elucidar que, especialmente no final do século XVII e início do século XIX, instalava-se em Portugal uma crise que levou a uma parte considerável dos seus habitantes enxergarem no Brasil uma oportunidade de melhorar de vida,

acumular riquezas, e se fosse possível, retornar a sua terra natal. Outro fator atrativo para os reinóis era a língua comum, que facilitava principalmente na abertura de negócios (RIBEIRO, 1999, p. 176)

Com o aumento do fluxo de portugueses, especialmente daqueles de origem pobre, que anseiam em “fazer fortuna” na Colônia, pode-se notar a formação de uma série de campos de tensão. Este fenômeno gerou uma espécie de “concorrência desleal” na mão-de-obra. Os imigrantes aceitavam pagamentos muito mais baixos, comparados aos nativos. Além disso, a predileção pela cor branca começa a prejudicar diretamente os trabalhadores mestiços.

Assim sendo, Ribeiro ainda nos informará que a questão racial é um dos motivos para o antilusitanismo que veio a surgir nesse momento.- Portugueses pobres que migravam para o Brasil, tinham mais oportunidade que os nativos pardos e negros. O branco, em meio a uma população negra, era valorizado, pois trazia a oportunidade de um “embranquecimento” da população.

Tratando especificamente de Sergipe, sabemos que o número de imigrantes que chegaram aos seus povoados e vilas teve um considerável aumento, tendo como ponto de partida o fim do século XVIII. Nos dados apresentados na obra de Edna Matos Antônio (2012, p. 42), podemos verificar que em um intervalo de menos de 20 anos, a população residente em Sergipe dobrou.

Dos polos que abrigavam boa parcela dos reinóis, podemos destacar, primeiramente a povoação de Laranjeiras. Segundo Matos Antônio, o que se pode observar no início do século XIX foi um considerável movimento de recepção e fixação de lusitanos. Esta situação pode ser comprovada através da instalação de variados estabelecimentos comerciais pertencentes aos reinóis.

Outro local que tinha certo destaque na recepção de portugueses era a povoação de Lagarto. Os estrangeiros possuíam tal expressão na localidade, que existia um Consulado português administrado pelo importante comerciante e professor André Ramos Romero (que na atualidade também pode ser lembrado como pai de Silvio Romero) (ANTÔNIO, p. 43).

É necessário ter este contexto de imigração em mente para que possamos compreender com maior clareza os movimentos antilusitanos existentes em Sergipe, e em quais locais este se desenvolveu com mais força. Como poderemos observar nas próximas linhas deste estudo, a povoação de Laranjeiras foi um dos epicentros do antilusitanismo, tendo em vista o considerável número de lusitanos concentrados na cidade, que chocava-se com o a sua população predominantemente negra e mestiça.

Desta forma, partiremos a partir deste momento, para a observação específica dos movimentos antilusitanos existentes em Sergipe.

Sergipe, Independência e Movimentos Lusitanos

Como destaca a historiadora Edna Matos, o processo de autonomia de Sergipe esteve alinhado a caminhada do Brasil rumo a sua Independência, em setembro de 1822. A princípio, podemos verificar que a Província sergipana foi fruto de uma mudança na postura administrativa de Dom João VI, após a Revolução Pernambucana, ocorrida em 1817.

Como já foi apresentado, esta sedição pôs a Coroa em alerta, ao mostrar que a Colônia não estava coesa como o planejado, após a instalação da Família Real nos trópicos, em 1808. Um dos principais motivos, como já foi discutido nas páginas anteriores, foi a centralização da corte no Sudeste, que não estabeleceu uma rede de benefícios para o restante da Colônia luso-brasileira, pelo contrário. As províncias mais afastadas sofreram com o descaso e a falta de recursos, causando grande insatisfação.

A rebelião evidenciou uma fissura no projeto joanino, e uma das posições tomadas após este acontecimento foi a fragmentação de algumas províncias, que no seu ponto de vista, as deixariam menos autônomas, favorecendo o poder central da Coroa. Nesse contexto, Sergipe foi emancipado da Bahia, no ano de 1820. Mas, esta decisão não durou muito tempo. Grupos políticos da província da Bahia e também de Sergipe tentam invalidar tal emancipação.

Edna Matos nos mostra que Bulamarque era totalmente contrário a Revolta de caráter constitucional (2012, p. 66). Entretanto, alinhado ao seu mandato, a Província da Bahia já havia declarado apoio a Constituição. E, como medida de proteção e fortalecimento, impôs que todas as suas áreas de influência também jurassem fidelidade e apoio ao movimento.

Aproveitando-se deste contexto, a Bahia, ignorando a emancipação a pouco decretada, reintegrou Sergipe ao seu território, tendo em vista que sua antiga comarca era importante para o fornecimento de produtos para a subsistência e para a arrecadação de impostos (OLIVEIRA, p. 79).

Ao mesmo tempo, unidos a todo este tenso processo, o ponto que devemos destacar, e que é o foco deste trabalho, é o aumento das hostilidades entre nativos e portugueses. Os

embates ligados a emancipação de Sergipe da Província baiana favorecem os primeiros registros destas tensões. Muitos lusos não apoiavam este processo de autonomia.

Os nativos que desejavam a emancipação local não ficaram nem um pouco satisfeitos com a postura de lusos que se posicionavam abertamente a favor daquela situação. Por este motivo, autores como Felisbello Freire (1977) afirmam que na altura de 1821, uma parcela da população de Sergipe, integrada em sua grande maioria por mestiços e negros, nutria um sentimento de hostilidade diante dos estrangeiros.

Entretanto, a historiografia atesta que a primeira manifestação antilusitana pode ser detectada em agosto de 1822, com a expulsão de alguns lusos de Vila Nova. Estes primeiros atos estariam relacionados diretamente as tensões ligadas a emancipação do território.

Com o advento da Independência, tem-se registros que o General Labatut, figura importante na instauração do poder de Dom Pedro I na região nordeste, tinha ciência dos conflitos e tensões entre residentes da comarca sergipana e reinóis (PASSOS, 2005). Para tanto, em proclamação realizada na povoação, salientou a necessidade de uma “união” todos os cidadãos. De certa forma, esta postura seria um reflexo do próprio posicionamento de Dom Pedro I, que não tinha o menor interesse em romper relações com seus compatriotas, pelo contrário.

Outra proclamação, realizada por Labatut na povoação de Laranjeiras, deixa claro os embates que ocorriam entre os nascidos em terras sergipanas, e reinóis. Aparentemente, ao passo que a Independência ia se instalando, maiores eram os motivos para que os nativos se posicionassem contra os lusos, realizando atos de violência, e a própria insatisfação com o desenrolar da política local também motivava estes atos.

Em outras povoações de Sergipe podemos identificar vestígios de manifestações antilusitanas. Temos como exemplo a povoação de Estância. Neste caso específico, a insatisfação é provocada pelo número de cargos públicos distribuídos a europeus. Enquanto os nativos encontravam-se em situação desfavorável. Deste modo, com a Independência, é solicitado que os cargos públicos da região sejam depositados nas mãos dos “filhos da terra”.

Em 1823 são notificados outros choques, chegando a atos extremos como espancamentos aos portugueses. Vanessa dos Santos Oliveira nos revela que neste período foram registradas a prisão de vinte e três portugueses, além da perseguição de vários outros, que tiveram que abandonar a Província. Além disso, alguns reinóis tiveram seus bens confiscados (2005, p. 94).

É importante salientar que estes fatos estão ligados aos conflitos políticos para o estabelecimento da Província de Sergipe. Havia uma insatisfação popular direcionada ao partido denominado “Corcunda”, estabelecido na região após a primeira tentativa de emancipação. Este era composto, em sua maioria, por senhores de engenho, que desejavam a permanência de Sergipe aos mandos da Província da Bahia, tendo em vista que sob esta jurisdição possuíam maiores privilégios. Ligados a estes interesses, estavam os lusos residentes da região.

Sendo composta por esta camada “elitista” da região, este bloco contrastava com a grande maioria da população, humilde e mestiça, que não possuía a mínima chance de se estabelecer em cargos públicos, ou ascender socialmente. Segundo Vanessa Oliveira, foi a partir das ideias expostas pelo secretário de Governo Antônio Pereira Rebouças, que disseminava entre as camadas populares os direitos a igualdade, que eclodiram diversos atos contrários aos portugueses e aos Corcundas, símbolos da desigualdade local. Assim,

“... O líder da insatisfação do status médio em Sergipe foi o secretário de governo Antônio Pereira Rebouças. Gozando de posição de destaque na política local, poderia ele desfrutar das regalias do poder; todavia, optou pela luta contra os privilégios de raças, os excessos da aristocracia e as aspirações do partido Corcunda.” (OLIVEIRA, 2005, p. 94)

A povoação de Laranjeiras foi o principal foco dos movimentos antilusitanos neste momento, especialmente ao se levar em consideração o número elevado de negros e mestiços que ali residiam. Outros focos de disseminação de ideias liberais, que davam fôlego aos movimentos antilusitanos, puderam ser detectados na Província sergipana, como em Estância e Brejo Grande (OLIVEIRA, 2005, p.95)

Ainda em 1823, podemos diagnosticar movimentos antilusitanos em São Cristóvão. Nesta situação, em particular, os portugueses perseguidos eram acusados de “Inimigos do Brasil”. Desta forma, podemos perceber que o sentimento de pertencimento a “nova” pátria já estava sendo bem absorvido pelos nativos, que até pouco tempo eram incentivados a nutrir um “patriotismo português”.

Como podemos perceber, o ano de 1823 transcorreu de forma tortuosa, quando se refere aos conflitos antilusitanos. E assim, no ano seguinte, em 1824, podemos identificar as mesmas tensões. Outro aspecto importante que devemos apontar, é que as manifestações contra os europeus também serão caracterizadas por motivações raciais. Como já foi

salientado através da historiadora Gladys Ribeiro, a questão racial foi de grande relevância para o desenvolvimento dos movimentos antilusitanos.

De certa forma, o rompimento com os portugueses, neste momento de pós Independência, também significava uma esperança de liberdade efetiva para estes indivíduos. Segundo a autora:

“... Depois da independência política consumada e dos laços com Portugal rompidos, escravos e libertos passaram a lutar abertamente pela manutenção da liberdade. É mais certo que pensassem nas consequências da ‘liberdade’ para si e em níveis maiores de autonomia pessoal, não sendo propriamente o desejo de verem o Brasil separado definitivamente da metrópole” (RIBEIRO, 1997, p. 363)

Nesta medida, podemos considerar que o ideal de Independência, unido a disseminação de ideias liberais de igualdade, impulsionaram as camadas menos favorecidas das vilas e povoações sergipanas, a lutarem por melhorias nas suas condições, e num âmbito mais geral, buscarem por uma liberdade que até então lhes era restrita.

Assim, em outras povoações como Rosário do Catete e Socorro, também encontraremos manifestações de oposição a predominância branca e portuguesa no poder, que para os integrantes dos Corcundas. Estas também eram incentivadas pelo Secretário Antônio Pereira Rebouças. Segundo depoimentos de época, os integrantes dos revoltosos eram em sua maioria mestiços, o que já indiciava quais seriam as suas insatisfações.

Laranjeiras permanece sendo um dos maiores focos do movimento antilusitano. Com um volume cada vez maior de pobres “sem sobrenome”, lá se manifestavam com maior fervor as insatisfações contra os brancos da elite, simbolizados pelos portugueses.

A historiadora Maria Thetis Nunes salienta que neste ano as manifestações tiveram um viés mais violento, tendo em vista que nem mesmo os pertencentes ao clero escaparam das manifestações.

Outro elemento que alimenta ainda mais as tensões neste período é a Confederação do Equador deflagrada em Pernambuco em 1824. Houve uma identificação por parte dos sergipanos a este movimento, ao estarem insatisfeitos com as políticas administrativas de Dom Pedro I, que não apresentavam nenhum sinal de rompimento com o reino de Portugal. Este crescimento do antagonismo entre brasileiros e portugueses foi tornando-se ainda mais agudo, tendo em vista que os ideais dos revoltosos de Pernambuco tornaram-se populares nas classes mais humildes.

A partir de 1825, e a posse do presidente da Província de Sergipe Manuel Clemente Cavalcante e Albuquerque, os movimentos antilusitanos perderam um pouco do seu fôlego, não havendo mais tantos registros de conflitos até 1831.

Com a abdicação de D. Pedro I, no ano acima citado, foi registrado mais uma leva de choques. Estas tensões se deram ao fato de uma considerável resistência ter se instalado para a entrada de Dom Pedro II, ao mesmo tempo em que muitos portugueses se negavam a sair de seus postos em cargos públicos. Por fim, o afastamento dos renóis foi efetuado.

Considerações Finais

Este estudo buscou realizar um breve panorama dos movimentos lusitanos ocorridos em território sergipano, que datam a partir do ano de 1822. Verificamos que esses atos, que variavam de insultos verbais públicos, denúncias as autoridades locais, indo até a agressões físicas estão irremediavelmente alinhados com toda a instabilidade política vivida pela nação naquele momento, logo após o processo de Independência do Brasil.

A perspectiva proporcionada pela Nova História Política nos proporcionou um novo olhar acerca do assunto, ao verificarmos novos pontos de vista não só no que se refere aos movimentos antilusitanos sergipanos e brasileiros, como nos apresenta novas interpretações acerca de acontecimentos tão consolidados como a Proclamação da Independência.

Os estudos apresentaram que os portugueses, até certo ponto do período joanino, eram vistos como irmãos, semelhantes, ao possuírem em comum com os nativos brasileiros o patriotismo português. Mas isto foi sendo alterado, até o ponto onde o português foi apontado como um inimigo enraizado no seio da pátria, e que deveria ser retirado.

Esse antagonismo, construído especialmente após a Independência, revela que num momento de construção de um “ser brasileiro”, era preciso distanciar-se o máximo possível do “ser português”.

É importante salientarmos o caráter inicial desta pesquisa, e a escassez de estudos referentes a esse tema, principalmente no estado de Sergipe. Poucas são as obras de referência que abordam o tema, e muitas são as “brechas” que merecem ser preenchidas por novos estudos direcionados a este assunto.

Desta forma, esperamos que este breve trabalho contribua para o surgimento de outros estudos ligados aos movimentos antilusitanos em Sergipe. As análises destes atos são importantes e devem ser estimulados na historiografia, ao passo que proporcionam novos pontos de vista acerca dos fundamentos da nossa identidade nacional.

Abstract

In this paper shall carry out a concise outlook of the Portuguese Movement occurred in the Brazilian territory called Sergipe which had his initial landmark in the year of 1822. Let us check out these acts were varying of public verbal insults, denunciations to the local authorities, to the physical aggressions that were aligned to all political instability survived by the nation in that moment after the independence of Brazil. In this essay shall point out to the main incidents, noticing which factors they took the natives people to fight against the Portuguese people, taking into account not alone questions of national reach, however remitting to the regional context as well. In order to carry out this paper, we shall use as main bibliography great classic authors of the historiography from Sergipe like Felisberto Freire (1977) Maria Thetis Nunes (1996) as well as contemporary perspectives just like the carried out one in the work of Edna Maria Matos (2012). For a better understanding of the Brazilian anti-portuguese scenery, we shall take the reflections of Gladys Sabina Ribeiro (1999) as a brilliant reference. This foregoing discussion has attempted as theoretical and methodological docks the Renewed Political History.

Key words: Anti-portuguese movement, Sergipe, Independence of Brazil.

NOTAS:

¹ Discente de História Licenciatura/UFS. Artigo de Conclusão de curso 2015.2, com a orientação da Prof^a Dr^a. Edna Maria Matos Antônio. Email: creciamaria@yahoo.com.br

² A Revolução do Porto definia-se como um movimento de caráter liberal, que eclodiu no mês de agosto de 1820, na cidade de Lisboa. Foi iniciada pela classe militar portuguesa, descontente com a situação que estavam imersos depois que a Família Real Portuguesa transferiu o polo administrativo dos reinos portugueses para a colônia brasileira. A insatisfação se devia, principalmente ao poder que havia sido delegado aos ingleses para comandar o Exército. A crise, entretanto, não se concentrava apenas no âmbito militar, estando localizada também nas esferas política e econômica. Assim sendo, aos anunciar a insurreição, os rebeldes reivindicavam o retorno de D. João VI as terras portuguesas, mas este não deteria mais o poder absoluto do reino (tendo em vista que consideravam a monarquia absolutista ultrapassada). Seria elaborada uma Constituição, na qual o Rei deveria se submeter. Não suportando a pressão, e temendo perder a Coroa, D. João retornou a Lisboa em 1821. (FAUSTO, 1995, p. 129 - 131)

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Império: a Corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da Vida Privada no Brasil, v. 2)

ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro, Sergipe (1750 – 1831)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. **O constitucionalismo luso-brasileiro na cultura política da Independência: a Capitania de Sergipe**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 44, vol. 01 Dossiê "História e Culturas políticas", p. 107-125, 2014.

Arquivo Nacional. **A independência do Brasil**. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1227&sid=115>. Acesso em 15/05/2016.

COSTA, João Paulo Peixoto **Somos todos portugueses: patriotismo e civilização no Ceará do século XIX**. História: Debates e Tendências – v. 12, n. 1, jan./jun. 2012, p. 126-138.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação. 1995.

FEDATTO, Carolina P. Antilusitanismo. IN: **Revista de Estudos de Cultura** n° 1. Jan. Abril / 2015.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, Aracaju, SE: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial II**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. **Conflitos internos em Sergipe: a instabilidade política e a consolidação da autonomia (1824)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/ Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. 2005, pgs. 75 – 102.

PASSOS, Josefa Núbia de Jesus. **O antilusitanismo em Sergipe (1822 a 1824 e 1831)**. 2005. Monografia (licenciatura em História) Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

RIBEIRO, G. S. **Desenlaces no Brasil pós-colonial: a construção de uma identidade nacional e a Comissão Mista de Portugal**. Convergência Lusíada, Gabinete Português de Leitura, v. 20, p. 79-95, 2003. Disponível em www.historia.uff.br/artigos/ribeiro_desenlaces.pdf. Acesso em 15 de maio de 2016

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em Construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Campinas, SP: [S.N.] 1997.

VAINFAS, Ronaldo (ORG). **Dicionário do Brasil colonial: 1500-1808**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. 594 p.

VAINFAS, Ronaldo (ORG). **Dicionário do Brasil Imperial** (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VIEIRA, Martha Victor. **Antilusitanismo, naturalização e disputas pelo poder no Primeiro Reinado**. IN: MÉTIS: história & cultura – v. 5, n. 10, p. 87-99, jul./dez. 2006.